Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 26 | 2009

O Tempo das Revistas

O valor das ideias

Luís Andrade

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/739>

DOI: 10.4000/cultura.739

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2009

Paginação: 9-13

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

Luís Andrade, « O valor das ideias », *Cultura* [Online], Vol. 26 | 2009, posto online no dia 16 setembro 2013, consultado a 20 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/739> ; DOI : 10.4000/cultura.739

O valor das ideias

*Luís Andrade**

Entre os traços mais salientes da cultura e da política contemporâneas, encontra-se o mérito conferido às novas doutrinas, não só no âmbito da interpretação do mundo e da vida, mas também, e fundamentalmente, nos domínios da transformação das sociedades e do quotidiano.

Acreditava-se que as ideias faziam a história, que o pensamento, ao assomar à condição de consciência efectiva da natureza e da invenção comuns, elucidava os tempos e se metamorfoseava em programa da acção pertinente.

As concepções novas encarregaram-se, assim, de projectar a seu modo o percurso colectivo, desde logo a elevação às novas eras perspectivadas pelas muitas revoluções políticas, estéticas, tecnológicas, que quebraram definitivamente a circularidade ancestral da tradição, transformaram as sociedades segundo um ritmo insuspeito e promoveram o cultivo da modernidade.

Emancipação racional, cultura e política passaram a caminhar a par: a ordem antiga deu lugar a comunidades políticas constituídas de acordo com ideários e contratos sociais originais; as organizações partidárias, resultantes da vida parlamentar, encontraram justificação em representações explícitas do itinerário para a cidade almejada; os imaginários conferiram, nas letras e nas artes, expressão simbólica à luz e ao calor das novas convicções.

Em simultâneo, o número dos que acompanharam e participaram nos acontecimentos políticos e culturais correntes superou, progressivamente, os círculos restritos do poder, ao passar a envolver a generalidade dos membros instruídos das diferentes comunidades, chamados tanto a eleger os seus representantes quanto a seguir a evolução dos acontecimentos nacionais e internacionais.

As novas ágoras em que as sociedades contemporâneas se transformam ficaram a dever-se, no essencial, à imprensa, pois a definição e a instituição do espaço público contemporâneo foram proporcionadas pela mediação expedita e massiva das notí-

* Seminário Livre de História das ideias, Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

cias, dos artigos e das controvérsias com que as publicações periódicas ocuparam as suas páginas.

Viveu-se, em consequência, um tempo de palavra impressa: a era em que o hábito de leitura dos periódicos, em casa, nos cafés, nos clubes, nas colectividades, fez nascer a opinião pública e alimentou com desvelo as diferentes constelações de afinidades em que os cidadãos reconheceram filiação, ao mesmo tempo que encontravam, entre si, linhas de fractura e de oposição.

A generalização do debate público democrático, resultado directo da actividade da imprensa periódica e consequência indirecta do papel que a escolarização havia conquistado na vida social, nomeadamente nos meios urbanos, revigorou as expectativas, mais ou menos promissoras, atribuídas às doutrinas e aos imaginários em confronto, ao permitir que a racionalidade categórica que se lhes imputava passasse a surgir associada ao efeito social e político resultante da sua propagação e da sua presença efectiva na comunidade.

Os homens do pensamento, das letras, das artes e das ciências ganharam, em consequência, uma autoridade que superava o domínio próprio da actividade com que cada um tinha alcançado reputação, pois as circunstâncias converteram-nos, genericamente, em figuras de proa da vida colectiva.

A cidade passou a respirar a atmosfera peculiar que a aproximação estreita entre cultura e política lhe proporcionava.

Ao sentirem-se vinculados ao dever que obrigaria os representantes do saber a participar no tecer do destino comum, os homens de cultura viram-se impelidos para a promoção, intramuros, dos avanços civilizacionais; para a divulgação de novas doutrinas regeneradoras, de índole social, política, pedagógica, entre outras; para a definição de causas e de querelas inerentes aos valores que encarnavam; para a crítica metódica de situações tidas por inaceitáveis e para o esclarecimento tempestivo do fluir dos acontecimentos.

A publicação em periódicos passou a prevalecer sobre a edição em livro, pois as constelações de artigos apresentavam-se mais adequadas, quer à formulação e divulgação de um pensamento actuante, quer à constituição e ao sustento metódicos de correntes de opinião, quer, por fim, ao confronto, frequentemente polémico, acerca do significado de teses e de factos.

As revistas revelaram-se, então, uma modalidade de imprensa particularmente adequada à persecução de desígnios compartilhados: as grandes figuras da cultura dirigiram-nas, os títulos multiplicaram-se, as orientações programáticas diversificaram-se,

os leitores adquiriram o hábito de acompanhar fielmente os semanários, os quinzenários e os mensários da sua simpatia.

A compreensão da história cultural e política contemporânea, ao longo de alguns dos seus períodos mais ricos e intensos, obriga, pois, a atender às condições relativamente particulares em que decorreu, que não resultaram de limitações cerceadoras, mas, pelo contrário, das expectativas sociais elevadas que acompanharam os agentes culturais.

A figura do autor afastou-se então do seu estatuto de simples criador de objectos culturais, ao mesmo tempo que as modalidades de produção e de publicitação se distanciaram dos seus padrões tradicionais.

Foi a percepção de que a peculiaridade da vida cultural no período áureo da imprensa obriga a uma abordagem historiográfica própria, distinta dos procedimentos epistemológicos aplicados a épocas em que os géneros cultivados se confinam às convenções disciplinares, que levou o Seminário Livre de História das Ideias a dirigir os seus trabalhos, num primeiro momento, para a temática da missão cívica dos homens de cultura, com a edição de um conjunto de estudos sobre *Dreyfus e a responsabilidade intelectual* (Lisboa, *Cadernos de Cultura* 2, Centro de História da Cultura, 1999); a considerar, de seguida, o percurso dos movimentos cívico-culturais dos decénios iniciais do século XX, com a publicação de *Revistas, ideias e doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo* (Lisboa, Livros Horizonte, 2003); e a enveredar, por último, pela reedição electrónica – com estudo introdutório, índices e documentação conexa – de alguns dos títulos mais representativos das revistas de ideias e cultura da última centúria, como *Alma Nacional, Estudos Sociais, Portugália e O Tempo e o Modo*, nas suas duas séries (seguidos, brevemente, por *A Águia, Atlântida, Nação Portuguesa, Revista de Educação Geral e Técnica, Estudos, Raiz e Utopia, Suplemento Literário e Ilustrado – A Batalha*, cujos trabalhos preparatórios de edição, nomeadamente os *analíticos*, se encontram concluídos).

Os estudos, e restantes textos, publicados no presente número de *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* relevam, igualmente, do trabalho desenvolvido a propósito dos periódicos em que o pensamento e a sensibilidade portugueses recentes conheceram elaboração.

Os artigos seguem três vertentes distintas, embora, entre si, complementares: depoimentos a propósito de revistas, estudos monográficos acerca de títulos salientes, reflexão acerca da natureza e do papel destes periódicos, bem como sobre as questões de âmbito científico colocadas a propósito da sua republicação, em formato electrónico, na actualidade.

O testemunho do Dr. Mário Soares consiste na transcrição das palavras com que evocou o papel de algumas das revistas principais da história portuguesa recente, bem como a sua condição de articulista, por ocasião da apresentação pública, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da reedição de *Alma Nacional*. Já o depoimento assinado por Adelino Cardoso traça o panorama das revistas filosóficas nas últimas décadas, a partir da recordação do papel activo por si desempenhado na criação e na produção de uma parte importante das publicações que revelaram o incremento que os estudos filosóficos conheceram após a criação dos cursos de especialização.

A maioria dos estudos agora publicados incide, porém, sobre revistas do tempo da I República, não por intuito comemorativo, mas por a nova pátria dos cidadãos ter encontrado nas páginas dos periódicos de ideias um lugar de eleição para a discussão plural e muito intensa entre as diferentes doutrinas do bem comum que a atravessaram. Estas nortearam, supostamente, tanto aqueles que fizeram a “velha” República, quanto os defensores do renascimento nacional ou da nova “grei”, bem como todos os que se opuseram ao regime saído do 5 de Outubro, fossem católicos e corporativistas, integralistas e legitimistas, libertários e anarco-sindicalistas.

O projecto de uma comunidade cultural luso-brasileira, com claro significado político, propugnado pela revista *Atlântida*, editada durante a I Grande Guerra e nos anos que se lhe seguiram, sob a direcção de João do Rio e de João de Barros e com subvenção de governos republicanos portugueses e brasileiros, é objecto de dois estudos, de Lucia Maria Paschoal Guimarães e de Zília Osório de Castro, que, a seu modo, replicam, embora no plano da investigação e na actualidade, o pressuposto da existência de perspectivas e interesses complementares entre aqueles que a história e a cultura uniram.

Os artigos de Maria João Cabrita, José Manuel Cordeiro, Paulo Dias Oliveira, Pedro Silva e Adelaide Vieira Machado – centrados, respectivamente, na colaboração de Ferreira de Castro no *Suplemento Literário e Ilustrado* de *A Batalha*, nas edições da primeira série da revista *Nação Portuguesa*, nos números publicados na segunda série deste título integralista, em *Estudos Sociais*, editado pelo Centro Académico da Democracia Cristã, em *A Águia*, publicação associada ao movimento Renascença Portuguesa – constituem estudos desenvolvidos dos periódicos que serviram de órgãos a quatro dos principais movimentos político-culturais da década e meia republicana, além de as suas teses terem prevalecido, nomeadamente no caso da segunda e da terceira publicações referidas, muito para além da vitória da Revolução Nacional, já que os alicerces da cultura política nacionalista e de inspiração católica do Estado Novo lhes são devidos.

Os estudos de Sandra Ataíde Lobo, acerca de *Índia Nova*, expressão da elite republicana goesa nos anos incertos da Ditadura Militar, e de Cristina Montalvão Sarmento, sobre a *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, publicada pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa, já no final do século XX, dão conta igualmente de duas investigações focadas em títulos emblemáticos, embora de âmbito mais circunscrito.

Já o artigo de Teresa Salvador reveste-se de um alcance geral no domínio das publicações periódicas femininas, ao proceder a análise reflexiva e panorâmica acerca do seu valor, da sua natureza e do seu poder.

As revistas enquanto modalidade editorial de produção e de divulgação do pensamento e da cultura são o objecto de estudo de Luís Andrade, enquanto os pressupostos e as opções que têm presidido à reedição electrónica de revistas, por parte do Seminário Livre de História das Ideias, em colaboração com a Fundação Mário Soares e com a Biblioteca Nacional de Portugal, são apreciados no artigo de que Pedro Lisboa é o autor.

O Projecto Edição de Revistas de Ideias e Cultura do Século XX é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Programa Operacional Ciência e Inovação 2010, participado pelo fundo comunitário Feder.

Estamos em crer que o conjunto dos contributos para o conhecimento das revistas de ideias e de cultura portuguesas do século XX agora publicados beneficia quer do afastamento relativamente ao rasto de memória – desde logo, de memória própria e de memória alheia, que muitas destas publicações suscitaram ao longo de décadas, o que revela, só por si, a pregnância ideológica que as caracterizou –, quer do desprendimento que guarda relativamente à aproximação da vida cultural a partir do seu viés literário, abordagem inteiramente pertinente e com mérito próprio, mas que, face à complexidade e à diversidade do conjunto das matérias em discussão, se revela muitas vezes parcelar e oblíqua.